

OFÍCIO N°. 10/2026/AJL-CMT

Teresina (PI), 10 de fevereiro de 2026.

Da: Assessoria Jurídica Legislativa

AO: Ver. Enzo Samuel

Ref.: Projeto de Lei Ordinária n°. 21/2026

Ementa: “Reconhece de Utilidade Pública ao - INSTITUTO SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS - (INSFRA)”, e dá outras providências.”

Assunto: Aguardar transcurso do prazo de 6 meses e solicitação de declaração

Senhor Vereador,

Analizando a documentação anexada ao Projeto de Lei em epígrafe, esta Assessoria Jurídica constatou que o *Instituto São Francisco das Chagas - INSFRA*, ainda não possui o tempo mínimo de 6 (seis) meses de constituição exigido pelo art. 1º da Lei Municipal nº. 3.489/2006, que “Define os critérios para a concessão do título de Utilidade Pública a entidades civis filantrópicas e sem fins lucrativos e dá outras providências”, razão pela qual deve-se aguardar o cumprimento do mencionado requisito temporal.

Observa-se pela análise da certidão cartorária que em 03/12/2025 foi registrado o Estatuto Social do referido Instituto, iniciando-se a partir dessa data a contagem do prazo legal de 6 (seis) meses exigidos pela Lei Municipal. Desse modo, apenas a partir de 03/06/2026 que o projeto de lei em apreço pode ser deliberado.

Cabe pontuar também que a Lei Municipal nº. 3.489/06, disciplinadora da concessão do título de utilidade pública em âmbito local, objetiva o reconhecimento de utilidade pública a entidades sem fins lucrativos de caráter filantrópico, que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social, voltadas para atender os interesses e necessidades da coletividade em geral.

PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
Av. Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral  
CEP: 64000-810 - Teresina/PI  
Telefone: (86) 3200-0350

*Recebido  
30/02/26*



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 330033003500320038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesse ponto, convém transcrever os dispositivos da Lei Federal nº. 13.019/2014, a qual estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, que guardam pertinência com a abordagem acima:

*Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente: (grifo nosso)*

*I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; (grifo nosso)*

*Art. 84-C. Os benefícios previstos no art. 84-B serão conferidos às organizações da sociedade civil que apresentem entre seus objetivos sociais pelo menos uma das seguintes finalidades: (grifo nosso)*

*I - promoção da assistência social; (grifo nosso)*

*II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; (grifo nosso)*

*III - promoção da educação; (grifo nosso)*

*IV - promoção da saúde; (grifo nosso)*

*V - promoção da segurança alimentar e nutricional; (grifo nosso)*

*VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; (grifo nosso)*

*VII - promoção do voluntariado; (grifo nosso)*

*VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; (grifo nosso)*

*IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; (grifo nosso)*

*X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; (grifo nosso)*

*XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; (grifo nosso)*

*XII - organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (grifo nosso)*

*XIII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo. (grifo nosso)*



Com base na explanação acima, solicita-se ao proponente uma declaração do representante da associação em apreço, a fim de comprovar a atuação da entidade voltada para a promoção de atividades e finalidades de relevância pública, conforme consta do Estatuto Social. Ainda, pode ser juntado aos autos, juntamente à declaração, fotos, panfletos, portfólio das atividades já realizadas pela referida entidade.

Quanto a esse aspecto, registre-se que, segundo a doutrina, são pressupostos necessários à concessão de declaração de utilidade pública: prestar serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade, ou um de seus segmentos, a um certo tempo e nos termos do seu estatuto. Sobre a matéria, Diógenes Gasparini, em artigo de sua autoria (“Associação de Utilidade Pública: Declaração”):

*Normalmente, exige-se para a prática desse ato, que a associação: a) seja constituída no Brasil; b) tenha personalidade jurídica; c) sirva perene, desinteressada e efetivamente à coletividade, ou um de seus segmentos, a um certo tempo e nos termos do seu estatuto; d) não remunere seus diretores; e) não distribua a seus sócios lucro, dividendo ou vantagem, seja da espécie que for. Destarte, a declaração só será legítima se presentes esses pressupostos. (...) De outro lado, hão de ser realmente ofertados à coletividade os serviços prestados pela associação, isto é, as atividades da associação devem prestigiar os que dela necessitam. Não podem ser meros propósitos, projetos ou programas (in Revista de Direito Público. São Paulo, Malheiros, nº 77, ano XIX, janeiro/março de 1986, p. 167 e 168). (grifo nosso)*

Ainda considerando a necessidade de adequações quanto à técnica legislativa, esta Assessoria Jurídica vem sugerir que o projeto de lei em apreço seja readequado nos moldes do modelo que segue em anexo.

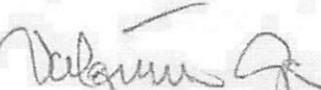
Ressaltamos ainda que o gabinete do(a) vereador(a) deverá protocolar, junto ao Departamento Legislativo, os esclarecimentos e comprovações pertinentes, para fins de registro no sistema eletrônico de tramitação das proposições.





ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
DIRETORIA LEGISLATIVA

Certa de contar com a atenção de Vossa Senhoria às sugestões dadas, essa Assessoria desde já expressa seu agradecimento, ao tempo em que renova os protestos de estima e elevado apreço.

  
**VALQUIRIA GOMES DA SILVA**  
Assessora Jurídica Legislativa  
Mat. 06854-3 CMT

---

PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
Av. Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral  
CEP: 64000-810 - Teresina/PI  
Telefone: (86) 3200-0350



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 330033003500320038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PROJETO DE LEI N° \_\_\_\_\_ /20XX**

<b>AUTOR (ES) / SIGNATÁRIO(S)</b>
<b>VEREADOR</b> _____
Partido

<b>EMENTA</b>
<b>Reconhece de utilidade pública o(a) _____, e dá outras providências.</b>

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí,**

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica reconhecida como de utilidade pública a(o) “**(NOME DA INSTITUIÇÃO)** \_\_\_\_\_”, instituição de direito privado, com finalidade civil, jurídica, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede **(ENDEREÇO)** \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Teresina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Vereador \_\_\_\_\_  
Partido \_\_\_\_\_

**PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

Av. Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral



Autenticar documento em <http://192.168.0.8/painel/teresina/pt/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 330033003500320136062A00542062039000, Documento assinado digitalmente  
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
GABINETE VER. \_\_\_\_\_ (PARTIDO

**JUSTIFICATIVA**

Câmara Municipal de Teresina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Vereador \_\_\_\_\_  
Partido \_\_\_\_\_

---

PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Av. Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 330033003500320038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.